

REPORTAGEM ESPECIAL

TERRA BRUTA

Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil



BR-163 | MATO GROSSO DO SUL

EXTERMÍNIO GUARANI-CAIOVÁ

Vivendo à beira das BRs, etnia é vítima de emboscadas e ameaças



Taquara. Acampamento montado por guaranis-caiová ao lado de plantação em Juti (MS)

Sentença de ministra do Supremo diz que há 70 anos não existe índio em área de disputa secular com ruralistas

André Borges
Leonencio Nossa (TEXTOS)
Dida Sampaio
Hélio Romero (FOTOS)

Os tratores se movimentam entre a plantação e um pedaço de mata na Fazenda Brasília do Sul, em Juti, a 320 km de Campo Grande (MS). A poucos metros dali, uma família guarani-caiová, acampada num canto da propriedade, tenta se concentrar nas orações diante de uma cova improvisada. Duas semanas antes, Virgílio Veron, de 47 anos, cometeu suicídio ao saber que a Justiça havia determinado a nova retirada dos índios.

A possível chegada de tropas para despejar as famílias deixou a comunidade em estado de tensão. Naqueles dias, Virgílio não escondia o temor. “Ele não conseguia dormir ou comer. Deixou seis filhos, não suportou”, diz Valdelice Veron, sua prima. “Mulheres da aldeia já se mataram nessas terras, porque sofreram uma violência muito ruim (sexual) nas mãos dos pistoleiros.”

Em barracos de lona e papelão, os guaranis-caiová observam os tratores, à espreita. O Estado presenciou o momento em que dois homens armados passaram xingando, de moto, pelo acampamento. Valdelice diz que as agressões são constantes. Os tiros, também.

A área conhecida como Taquara foi reocupada pelos índios em 13 de janeiro. Não foi uma data qualquer. O dia escolhido homenageava o cacique Marcos Veron, de 73 anos, pai de Valdelice que lutou por décadas para reaver a terra da aldeia. Em 2003, foi morto após ser

PARA LEMBRAR

Campanha nas redes sociais

Os guaranis-caiová já foram tema de mobilização com repercussão internacional. Em 2012, após uma carta ser interpretada como ameaça de suicídio coletivo, milhares de pessoas aderiram à causa de 170 índios da comunidade Pyelito kue/Mbrakay, que reivindicavam 2 hectares de uma fazenda em Mato Grosso do Sul. Nas redes sociais, internautas passaram a usar o sobrenome Guarani-Caiová.

agredido a socos, pontapés e coronhadas de espingarda. Teve traumatismo craniano. Após o assassinato de Veron, quatro filhos morreram em conflitos.

Como outros 600 índios da aldeia, a família Veron passou os últimos anos em barracos de lona, à margem de estradas. “Mataram meu pai e até hoje não houve justiça. Por isso viemos para cá. Não vamos mais sair daqui”, avisa Valdelice.

Ela tinha 24 anos quando perdeu o pai. Hoje, é a voz mais influente entre os guaranis-caiová para impedir a matança em curso em Mato Grosso do Sul, Estado que acumula mais da metade dos assassinatos de índios ocorridos no País. De 1996 a 2016, houve 957 mortes de indígenas no Brasil, por vários motivos. Pelo menos 209 delas foram por armas de fogo, em conflitos por terra.

A situação no campo tende a ficar mais sangrenta. Ruralistas têm pressionado o governo a liberar a venda de terra para estrangeiros. Querem suspender um parecer da Advocacia-Geral da União que proíbe o avanço internacional. Num cenário onde não se respeita as terras públicas, a abertura deve provocar aumento da especulação de preços e ainda mais tensão sobre os territórios indígenas.

No dia 14 de junho, a 38 km do acampamento dos Veron, pistoleiros mataram o indígena Cloudione Rodrigues Souza, de 26 anos, em Caarapó. Outros seis foram baleados. Josiel Benites, de 12 anos, foi alvejado na barriga. Eles sobreviveram. Três dias depois, outros três guaranis foram alvejados.



Denúncia. Dercéria Kaiowá, 15 anos, e Dênis Lopes, 17 anos, culpam o Ministério da Saúde pela morte do filho de 1 ano

CAIOVÁS PERDEM BEBÊ APÓS EQUIPE NEGAR SOCORRO

Dercéria Batista Kaiwoá, de 15 anos, correu desesperada pelo mato em busca de um lugar onde seu celular funcionasse. Após várias tentativas, falou com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde. O bebê de 1 ano e 2 meses, Jandison Batista, tinha febre alta e tosse constante. Não conseguia comer. Na tarde daquela sexta-feira, 13 de novembro de 2015, a situação se agravou. A criança chorava sem parar e respirava com dificuldade.

Dercéria pediu socorro urgente aos agentes de saúde. Ela e o marido, Dênis Lopes, de 17 anos, estavam com o filho num barraco da Aldeia Kurusu Ambá, acampamento indígena em Coronel Sapucaia, último muni-

cípio de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. A Sesai negou ajuda. “Disseram que não tinham autorização para chegar ao acampamento e que aqui era região de muito risco, por causa de pistoleiros. A gente insistiu, falou da situação do nosso filho, mas não vieram”, conta Dercéria. Com pneumonia, Jandison aguentou apenas até o dia seguinte. “Meu filho morreu. A saúde não veio. Outros podem morrer também”, diz Dênis.

Perguntamos ao casal se tinha alguma lembrança do pequeno guarani-caiová. Dênis tirou um celular velho do bolso e mostrou a única recordação do bebê. “Tínhamos todas as coisas dele em casa, mas os pistoleiros vieram e tocaram fogo no nosso barraco. Não sobrou na-

da. Só essa foto.”

Aconteceu no domingo 31 de janeiro de 2016, após um grupo de fazendeiros tentar retirar 200 índios da Fazenda Madama. Por volta do meio-dia, pistoleiros chegaram de surpresa em caminhonetes. Deram tiros para todo lado. Aterrorizados, adultos e crianças correram para o mato. Homens jogaram diesel sobre os barracos e atearam fogo.

O coordenador regional da Funai de Ponta Porã, Elder Ribas, classificou o ataque como o pior na região. O caso foi registrado na polícia como crime de “esbulho possessório” pelo dono da fazenda, Aguinaldo Ribeiro. Ele disse que os índios “fugiram” após pecuaristas soltarem “fogos de artifício”.

Desde 2007, quando começou a retomada da Kurusu Ambá, quatro lideranças indígenas foram assassinadas, uma delas na mesma Fazenda Madama. Em junho de 2015, índios foram alvo de agressões violentas, durante tentativa

de ocupação da terra. Duas crianças desapareceram e casas foram queimadas.

Há quase uma década, a terra indígena Kurusu Ambá está em processo de identificação e delimitação. Desde 2012, relatório de identificação está na Funai, à espera de publicação, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Federal em 2008. “Estamos abandonados, discriminados, ameaçados. Não temos segurança nem dignidade. Somos uma realidade que o governo não quer ver”, diz o cacique Smart Kunumi.

Em março, a relatora especial da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpus, visitou Mato Grosso do Sul, local que historicamente responde pela maioria esmagadora de casos de violência contra povos tradicionais. Só em 2014, segundo o Ministério da Saúde, 41 índios foram assassinados no Estado.

tos fundamentais e na dignidade da pessoa humana”, Carmén Lúcia aceitou o pedido.

Valdelice é a expressão real do desassossego. A polícia pode chegar a qualquer hora e sua família voltar para a beira da estrada. “Quando a ministra Carmem Lúcia suspendeu a demarcação, ela assinou a sentença de morte do guarani-caiová, assinou a sentença de morte da família Veron.”

● Onde ficam



INFOGRÁFICO/ESTADÃO



Tradição. Carajás ensaiam dança dos aruanãs, espíritos da vida e da morte; ritual celebra entrada de meninos na fase adulta

NOVA ESTRADA DIVIDE ÍNDIOS DE MIL CRUZEIROS

Líderes carajás divergem sobre impacto da construção de trecho da BR-242 dentro da maior ilha fluvial do mundo

A Ilha do Bananal e o destino dos carajás estão prestes a ser atravessados por uma estrada federal. Sokrowé Karajá, pajé da Aldeia Santa Isabel do Morro, ergue o braço para apontar a região da reserva ambiental onde está prevista a abertura de um longo trecho da BR-242. A rodovia levaria o asfalto para dentro da maior ilha fluvial do mundo, uma área equivalente a mais de três vezes o tamanho do Distrito

● **Preço**
R\$ 1 bilhão
devem ser despejados na construção da chamada Rodovia Transbananal, que faz parte de projeto idealizado por JK e iniciado pelos militares



Etnia. Carajás, em cédula que circulou de 1990 a 1994

Federal, com quase 20 mil km². É ali que estão 4 mil índios da etnia-símbolo do Brasil na propaganda da ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945, e representados numa cédula de mil cruzeiros do Banco Central, que circulou de 1990 a 1994. A estrada ainda não cruzou os rios, mas divide os índios.

O vice-cacique Txiarawa Karajá tenta conter os efeitos das promessas de autoridades da região. “Sou contra a estrada. Quando BR entra em terra indígena, traz confusão, traz drogas. Não é bom para nosso povo”, afirma. O pajé Sokrowé Ka-

rajá, por sua vez, avalia que a rodovia trará benefícios. “A gente poderia vender coisas na estrada, cobrar pedágio.”

A falta de consenso entre os índios passa ao largo dos planos costurados sem divergências pelos poderes público e privado. Em setembro, políticos, fazendeiros e empresários de Mato Grosso e Tocantins se juntaram em uma viagem por 90 km de estradas de terra dentro da ilha para defender a ligação dos dois Estados. Em motos, carros e caminhões, fizeram o Rally Logístico, evento regado a álcool e mulheres para mostrar que, na

seca, entre maio e outubro, é possível fazer a travessia. Na cheia, entre novembro e abril, os trechos ficam intratáveis, parte embaixo d’água.

Plano. A chamada Rodovia Transbananal faz parte de um projeto idealizado pelo governo Juscelino Kubitschek e iniciado pelos militares, em 1973. A ilha entrou no mapa do traçado da BR-242, que corta Mato Grosso e avança pelo Tocantins, com centenas de quilômetros de estrada de terra. Dali, segue asfaltada até o litoral da Bahia, somando 2,3 mil km. Políticos e empresários dizem que dependem apenas de um decreto da Presidência da República para o início da obra, reduzindo em 1,1 mil km o transporte de cargas de leste a oeste do País, desafiando os Portos de Santos (SP) e Paranaíba (PR).

A coordenação da Funai em São Félix do Araguaia informou que nunca recebeu estudo sobre quais seriam os impactos da obra na vida dos carajás, javaés e avá-canoeiros. A informação foi confirmada pela sede da autarquia, em Brasília.

“A Funai não tem conhecimento do projeto e não foi instada a se manifestar”, declarou o órgão. “Conforme prevê a legislação ambiental, a Funai, como órgão indigenista oficial, tem a obrigação de se manifestar em todo e qualquer licenciamento de obras que afetem, direta ou indiretamente, as terras e comunidades indígenas.”

ONDA DE SUICÍDIO DE ADOLESCENTES ASSUSTA CARAJÁS

Foram ao menos 18 casos desde 2012, quando a luz elétrica chegou à aldeia; cacique fala de contato com brancos a feitiçaria

A noite do sábado 13 de fevereiro foi tensa na casa do diretor da escolinha da Aldeia Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal, no Tocantins. Horas antes de viajar a Palmas em busca de socorro para estancar a série de suicídios de jovens da comunidade, Txiarawa Karajá, de 38 anos, teve de desfazer a mochila. Seu próprio filho de 17 anos tinha tentado se enforcar. Salvo a tempo pelo pai, o jovem diz que teve uma visão: seu irmão, que se matou em 2014, quando tinha apenas 13 anos, pedia que ele fosse morar com ele.

Na manhã do domingo, o cacique da aldeia, Manaije Karajá, de 32, aproximou-se da reportagem do Estado no cais de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, para relatar o drama da comunidade. Era um claro pedido de socorro. “Vocês precisam ir até a aldeia conversar com as famílias. A gente não sabe mais a quem recorrer.”

A aldeia de Manaije tem 900 índios, entre adultos e crianças. Sua principal fonte de alimentos é o Araguaia, ou Berohoky, o grande rio de pirarucus e tucunarés. Para eles, a Ilha do Bananal é habitada na superfície pelos vivos e, nas profundezas, por mitos e pelos mortos. Os carajás costumam chorar muito por quem morreu para, depois de alguns dias, esquecê-los. A estratégia para isso é não citar seus nomes, algo que se tornou difícil desde o início da série de suicídios.

O cacique conta 18 casos envolvendo jovens de 13 a 25 anos desde 2012, quando a luz elétrica chegou. A causa da tragédia é tão complexa quanto o futuro carajá.

“A gente não sabe definir ao certo. Uns dizem que é o contato com brancos; outros, que é

feitiçaria. Também falam em comida envenenada na cidade, ociosidade e falta de dinheiro para comprar coisas”, diz Manaije.

Ele afirma que a comunidade apelou para o futebol, na tentativa de integrar a aldeia e conter as mortes de jovens. “A gente iluminou a quadra para tentar diminuir um pouco (os suicídios), ocupar o tempo deles, mas não acabou. É uma depressão que dá nos meninos, uma raiva de si mesmo.”

Manaije relata casos de adolescentes que pediram aos pais tênis e motos e, diante da negativa, foram para o mato e se enforcaram.

O uso indiscriminado de bebida alcoólica se espalhou. Em pequenas garrafas de plástico, garotos cheiram gasolina até perderem os sentidos. A possibilidade de os casos estarem relacionados a feitiçaria de outras aldeias criou figuras de pajés do bem e do mal. Os do bem são os responsáveis por acabar com o efeito das feitiçarias.

Ritual de passagem. Em meio à tensão, é tempo da dança dos aruanãs, espíritos que dominam vida e morte dos carajás. No último mês de fevereiro, crianças se preparavam para o ritual da iniciação quando homens com máscaras e roupas de palhas de buritis ensaiam o ritual, percorrendo uma estrada da aldeia e entoando cantos cadenciados, para anunciar o novo momento do menino carajá. As mulheres são proibidas de se aproximar da casa dos aruanãs, uma maloca de palha erguida a certa distância da aldeia, onde os homens preparam as vestimentas.

No local sagrado, Wereudi Karajá, de 13 anos, tem o corpo pintado de preto e será confinado por oito dias. Poderá sair apenas à noite para comer e fazer necessidades. Será a passagem da infância para a vida adulta, quando deixará para trás o período Weryryhyk e entrará na fase de Jiré, nos primeiros contatos para se tornar um iny.



Txiarawa. Vice-cacique, um dia após evitar suicídio do filho

ÍNDIOS ACUSAM BUMLAI DE CONTAMINAR RIO EM DOURADOS

Família de amigo de Lula aluga terras de fazendas da região para alimentar caldeirões da Usina São Fernando Açúcar e Álcool

As crianças guaranis-caiovas deitam na terra para beber a água que desce pelo córrego do acampamento Apyka'i, a 7 quilômetros do centro de Dourados, em Mato Grosso do Sul. Sandrieli, de 6 anos, e Jackson, de 4, esticam o pescoço e mergulham o rosto no fio de água suja que corre ao lado da rodovia BR-463. Crises de vômito, diarreia e febre são rotina na vida das crianças. Feridas aparecem pelo corpo.

A água que contamina os meninos passa por terras arrendadas por um pecuarista que ganhou notoriedade nos inquéritos da Polícia Federal. Atrás dos barracos onde hoje sobrevivem famílias indígenas, floresce a plantação de cana-de-açúcar financiada por José Carlos Bumlai, amigo pessoal do ex-presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva preso desde novembro pela Operação Lava Jato por causa de uma série de suspeitas, entre elas a de contratar empréstimos simulados para beneficiar o PT.

Bumlai aluga as terras da Fazenda Serrana e de outras propriedades para alimentar os caldeirões de sua usina, a São Fernando Açúcar e Álcool. A empresa, que no papel está em nome de seus filhos, Guilherme e Maurício Bumlai, é investigada pela Lava Jato e tem dívida superior a R\$ 1 bilhão. Desse passivo, cerca de R\$ 400 milhões são dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um imbróglio financeiro distante da realidade e da compreensão de índios que, desde 2009, aguardam uma definição sobre seu pedaço de terra.

“Aqui é nosso lugar sagrado, nosso tekoha”, a terra onde estão enterrados nossos antepassados. Não adianta querer tirar a gente daqui. Nossa vida só tem sentido se for em cima des-



Dourados. Faixa pendurada por moradores de acampamento na margem da BR-463

sa terra”, diz a caiová Damiana Cavanha, avó de Sandrieli e Jackson.

Abandono. O acampamento Apyka'i expõe o cenário de abandono e degradação que se espalha entre os índios guaranis-caiovas que vivem em Mato Grosso do Sul. Desde 1999, quando foi expulso da terra, esse grupo de índios perambula

pela região, sobrevivendo como pode. Seis pessoas da comunidade, entre elas duas crianças, morreram atropeladas. Em fevereiro de 2014, Delci Lopes, de 17 anos, estava ao lado do marido quando um caminhão carregado com bagaço de cana atingiu na margem da BR-463 e arrastou seu corpo por alguns metros. Uma anciã da aldeia, diz Damiana Cavanha, morreu

após ter contato com o veneno borrifado na lavoura.

São Fernando disse à reportagem que possui um “rigoroso plano de monitoramento ambiental” sobre as fontes de água da região e cumpre a legislação.

Em condições sub-humanas, os índios esperam por estudos para a demarcação da terra ancestral, um processo arrastado em meio a uma sucessão de

ações judiciais e quatro ações de despejo. Em setembro de 2015, a Advocacia-Geral da União (AGU) deixou de recorrer de uma dessas ordens emitidas pela 1ª Vara Federal de Dourados, sob alegação de que não há um processo formal de demarcação em andamento. O pedido de reconhecimento da área pega poeira nas prateleiras da Funai. “Não temos aonde ir. O que a gente quer é ficar com nossos antepassados, nosso pedaço de chão. Pedimos, por favor, que nos deixem em paz.”

Expulsão. Acuada numa área inferior a três hectares na comunidade Curral do Arame, Damiana Cavanha sabia que a ordem de deixar o local podia ser executada a qualquer instante. E foi. Na madrugada de 6 de julho, a Polícia Federal despejou a comunidade indígena de Apyka'i, com apoio de um efetivo de quase 100 policiais. A expulsão aconteceu dez dias depois de a Funai criar um “grupo de trabalho” para realizar os estudos de identificação da terra indígena.

● **Série completa**
Confira no portal do 'Estadão' todas as reportagens da semana
NA WEB
www.estadao.com.br/e/terra-bruta

1 **Novos massacres**
A cada cem dias, País tem número de vítimas de Eldorado do Carajás

2 **Chuva de veneno**
De avião, fazendeiro joga agrotóxico sobre famílias e plantações

3 **Milícia legalizada**
Empresas autorizadas pela PF escoltam fazendeiros e grileiros

4 **Crimes camuflados**
Na terra de Dorothy Stang, homicídios por terra viram comuns

5 **Saque na floresta**
Como a economia do crime se movimenta em áreas de conservação

6 **Destruição liberada**
Agente demitida volta para autorizar derrubada de mata

7 **Curral clandestino**
Pastagens ilegais avançam sobre terras indígenas